

Guaraciaba  
Transmissora  
de Energia  
(TP Sul) S.A.

**Demonstrações contábeis  
regulatórias em 31 de dezembro  
de 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos Administradores e acionistas da  
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações contábeis regulatórias do exercício anterior examinadas por outro auditor independente**

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, foram auditadas por outros auditores, que emitiram uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis regulatórias em 18 de julho de 2016.

#### **Demonstrações financeiras societárias**

A Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 8 de março de 2017.

#### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade  
Contador CRC RJ-086312/O-6

# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2016	2015
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	9	16.284	106.129
Contas a receber	10	9.642	-
Impostos a recuperar	11	1.469	2.925
Outros ativos circulantes		<u>3.498</u>	<u>243</u>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b><u>30.893</u></b>	<b><u>109.297</u></b>
<b>Não Circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	69.468	41.863
Imobilizado	12	1.133.784	892.240
Intangível	13	<u>33.808</u>	<u>21.477</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b><u>1.237.060</u></b>	<b><u>955.580</u></b>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>1.267.953</u></b>	<b><u>1.064.877</u></b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	15	13.206	5.207
Retenção contratual		423	473
Debêntures	18	-	401.726
Empréstimos e financiamentos	17	9.927	-
Salários e encargos		410	289
Impostos e contribuições sociais	16	3.160	6.826
Dividendos propostos		11.254	8.016
Encargos setoriais		895	-
Outros passivos circulantes		<u>1.824</u>	<u>3.329</u>
<b>Total do passivo circulante</b>		<b><u>41.099</u></b>	<b><u>425.866</u></b>
Empréstimos e financiamentos	17	<u>378.528</u>	<u>-</u>
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b><u>378.528</u></b>	<b><u>-</u></b>
Capital social	19	803.832	619.007
Reserva legal		681	-
Dividendos adicionais propostos		9.712	-
Lucros acumulados		<u>34.101</u>	<u>20.004</u>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b><u>848.326</u></b>	<b><u>639.011</u></b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b><u>1.267.953</u></b>	<b><u>1.064.877</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Notas	2016	2015
<b>Receita operacional bruta</b>			
Receita de Operações com Transmissão de Energia		28.594	-
<b>Deduções da receita bruta</b>			
Encargos setoriais		(964)	-
PIS		(486)	-
Cofins		<u>(2.240)</u>	<u>-</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>20</b>	<b><u>24.904</u></b>	<b><u>-</u></b>
Despesas de operação e manutenção - O&M		(1.368)	-
Perdas pelo valor da indenização / renovação		<u>(4)</u>	<u>-</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b>23.532</b>	<b>-</b>
<b>Despesas Operacionais</b>			
Pessoal	21	(3.588)	(2.089)
Serviços de terceiros		(2.070)	(1.920)
Depreciação		(10.068)	-
Outros		<u>(261)</u>	<u>(396)</u>
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b><u>7.545</u></b>	<b><u>(4.405)</u></b>
Receitas financeiras	22	568	416
Despesas financeiras	22	(8.973)	(3.174)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b><u>(860)</u></b>	<b><u>(7.163)</u></b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	<u>28.587</u>	<u>41.863</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u><u>27.727</u></u></b>	<b><u><u>34.700</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Lucro líquido do exercício	27.727	34.700
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total de resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>27.727</u></b>	<b><u>34.700</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	AFAC	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>272.168</b>	-	-	-	<b>(6.680)</b>	<b>265.488</b>
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	346.839	-	349.839
Integralização do Capital com AFAC	346.839	-	-	(346.839)	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	34.700	34.700
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(8.016)	(8.016)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>619.007</b>	-	-	-	<b>20.004</b>	<b>639.011</b>
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	184.825	-	184.825
Integralização de capital com AFAC	184.825	-	-	(184.825)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.727	27.727
Reserva legal	-	681	-	-	(681)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(3.237)	(3.237)
Dividendos adicionais propostos	-	-	9.712	-	(9.712)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>803.832</b>	<b>681</b>	<b>9.712</b>	-	<b>34.101</b>	<b>848.326</b>

# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

## Demonstrações do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

	2016	2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(860)	(7.163)
<b>Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa</b>		
Depreciação	10.123	-
Juros de empréstimos	63.474	581
<b>Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais</b>		
Adiantamento a fornecedores	61	-
Impostos a compensar	1.457	(30)
Contas a receber	(9.642)	-
Despesas antecipadas	(44)	(93)
Outros ativos circulantes	(3.272)	(71)
Fornecedores	7.998	(10.572)
Obrigações fiscais	(2.681)	2.036
Retenções contratuais	(50)	269
Encargos setoriais	895	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	88	-
Salários e encargos	33	3.033
Outros passivos circulantes	(1.505)	(1)
<b>Caixa utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>66.075</b>	<b>(12.011)</b>
Pagamento de debêntures - Juros	(63.695)	-
<b>Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>2.380</b>	<b>(12.011)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Imobilizado	(251.668)	(265.207)
Intangível	(12.332)	-
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>	<b>(264.000)</b>	<b>(265.207)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamento de debêntures	(400.000)	-
Recebimento de empréstimos e financiamentos	386.950	-
Integralização de Capital	184.825	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	346.841
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>171.775</b>	<b>346.841</b>
<b>Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(89.845)</b>	<b>69.623</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	106.129	37.171
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<b>16.284</b>	<b>106.794</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“Companhia”), Empresa privada de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (“State Grid”), e Copel Geração e Transmissão S.A. (“Copel”), com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2012 (“Leilão”), realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

#### **1.1 Da concessão**

A Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote B, formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colíder. A subestação Marimbondo II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e de proporcionar intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde: (i) o contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar; (ii) o contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede; (iii) ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e (iv) o preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela Receita Anual Permitida (“RAP”), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

## **1.2 Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI junto às Autoridades Governamentais competentes**

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto as Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao ativo imobilizado, a alíquota zero, conforme publicação do Diário Oficial em 26 de julho de 2013.

## **1.3 Licenciamento Ambiental**

A Companhia teve sua Licença de Operação, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em 30 de Agosto de 2016, sob Registro no IBAMA nº 02001.005398/2012-38, emitida sem ressalvas, válida pelo prazo de 10 (dez) anos a partir de sua data de emissão. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

## **2 Setor elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

### **3 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

As Demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia foi autorizada pela Administração em 09 de junho de 2017.

### **4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **5 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **a. Avaliação de instrumentos financeiros**

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 26 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

**b. Impostos, contribuições e tributos**

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente.

**6 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados conforme citado na nota explicativa 7.

**7 Principais práticas contábeis regulatórias**

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

**7.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

**7.2 Imobilizado**

**7.2.1 Imobilizado em serviço**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

### **7.2.2 Imobilizado em curso**

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

### **7.3 Intangíveis**

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

### **7.4 Provisões e passivos circulantes e não circulantes**

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

### **7.5 Dividendos**

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

**7.6 Receita de juros sobre aplicações financeiras**

A receita de juros é reconhecida no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado, com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

**7.7 Despesas de juros de empréstimos e debêntures**

As despesas de juros são reconhecidas no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado pelo método dos juros efetivos.

**7.8 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido compreende os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

**7.8.1 *Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no Balanço Patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**7.8.2 *Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido***

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.



## **7.9 Encargos regulatórios**

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS a alíquota de 9,25%;
- Reserva Global de Reversão - 2,6% do faturamento. É usada para financiar o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.

As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

## **7.10 Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis, passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

### **7.10.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **7.10.2 Ativos financeiros não derivativos - Mensuração**

#### *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e suas mudanças, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

#### *Empréstimos e recebíveis*

São mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

### **7.10.3 Passivos financeiros não derivativos - Mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e suas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

## **8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações passaram a ser efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. Novas normas revisadas e já emitidas, mas não efetivas, não foram adotadas de forma antecipada pela Companhia.

- **Alterações ao IAS 7** - Iniciativa de divulgação (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2017)
- **IFRS 9** - Instrumentos financeiros (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018)
- **IFRS 15** - Receita de contratos de clientes (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018)
- **IFRS 16** - Arrendamento mercantil (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019)

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 9 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Caixa e bancos conta movimento	1.052	1.082
Aplicação Financeira - CDB Banco HSBC	12.386	69.940
Aplicação Financeira - CDB Banco Santander	-	35.107
Aplicação Financeira - Conta Vinculada Banco Itaú	2.846	-
	<b>16.284</b>	<b>106.129</b>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários - CDB foram remuneradas à taxa média de 98% do CDI.

## 10 Contas a receber

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Vencidos até 30 dias	111	-
A vencer	9.531	-
	9.642	-

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois, no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

## 11 Impostos a recuperar

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	1.370	2.925
Outros	99	-
<b>Total</b>	<b>1.469</b>	<b>2.925</b>

## 12 Imobilizado

	Valor bruto em 31/12/2015	Adições	Baixas	Reclassificações	Transferências	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
<b>Ativo Imobilizado em Serviço</b>										
<b>Transmissão</b>										
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	871.473	871.473	871.473	(9.874)	861.599	-
Edificações e obras civis	-	-	-	-	12.068	12.068	12.068	(193)	11.875	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	62	62	62	(2)	60	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>883.603</b>	<b>883.603</b>	<b>883.603</b>	<b>(10.068)</b>	<b>873.534</b>	<b>-</b>
<b>Administração</b>										
Máquinas e Equipamentos	81	16	-	-	14	111	30	(65)	46	23
Móveis e utensílios	1	84	-	-	(1)	84	83	(2)	82	1
Veículos	177	354	-	-	(343)	188	11	(102)	86	121
<b>Subtotal</b>	<b>259</b>	<b>454</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(330)</b>	<b>383</b>	<b>124</b>	<b>(169)</b>	<b>214</b>	<b>145</b>
<b>Ativo imobilizado em curso</b>										
<b>Transmissão</b>										
Máquinas e equipamentos	426.555	71.937	(1.822)	481.223	(871.473)	106.420	(320.135)	-	106.420	426.555
Edificações, obras civis e benfeitorias	273.455	133.904	(178)	(311.318)	(12.068)	83.795	(189.660)	-	83.795	273.455
A Ratear	120.364	100.486	-	(173.817)	-	47.033	(73.331)	-	47.033	120.364
Adiantamento a Fornecedor	67.974	25.152	(78.737)	3.912	268	18.569	(49.405)	-	18.569	67.974
Outros	3.747	4.219	(3.747)	-	-	4.219	472	-	4.219	3.747
<b>Subtotal</b>	<b>892.095</b>	<b>335.698</b>	<b>(84.484)</b>	<b>-</b>	<b>(883.273)</b>	<b>260.036</b>	<b>(632.059)</b>	<b>-</b>	<b>260.036</b>	<b>892.095</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>892.354</b>	<b>336.152</b>	<b>(84.484)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.144.022</b>	<b>(251.668)</b>	<b>(10.238)</b>	<b>1.133.784</b>	<b>892.240</b>

**Guaraciaba Transmissora de  
Energia (TP Sul) S.A.**  
Demonstrações contábeis regulatórias em  
31 de dezembro de 2016

	Valor bruto em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Valor bruto em 31/12/2015	Adições líquidas	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
<b>Ativo Imobilizado em Serviço</b>									
<b>Administração</b>									
Máquinas e Equipamentos	97	-	(16)	-	81	(16)	(58)	23	97
Móveis e utensílios	1	-	-	-	1	-	-	1	1
Veículos	-	177	-	-	177	177	(56)	121	-
<b>Subtotal</b>	<b>98</b>	<b>177</b>	<b>(16)</b>	<b>-</b>	<b>259</b>	<b>161</b>	<b>(114)</b>	<b>145</b>	<b>98</b>
<b>Ativo imobilizado em curso</b>									
<b>Transmissão</b>									
Máquinas e equipamentos	371.037	56.808	-	1.290	426.555	58.099	-	426.555	371.037
Edificações, obras civis e benfeitorias	141.852	131.631	-	(27)	273.455	131.603	-	273.455	141.852
A Ratear	50.199	71.867	(362)	(1.339)	120.364	70.166	-	120.364	50.199
Adiantamento a Fornecedor	63.408	4.566	-	-	67.974	4.566	-	67.974	63.408
Outros	155	3.668	-	76	3.747	3.745	-	3.747	155
<b>Subtotal</b>	<b>626.650</b>	<b>268.541</b>	<b>(362)</b>	<b>-</b>	<b>892.095</b>	<b>268.179</b>	<b>-</b>	<b>892.095</b>	<b>626.650</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>626.748</b>	<b>268.718</b>	<b>(378)</b>	<b>-</b>	<b>892.354</b>	<b>268.340</b>	<b>(114)</b>	<b>892.240</b>	<b>626.748</b>

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2016		2015	
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Em Serviço</b>					
<b>Transmissão</b>					
Custo Histórico	1,10%	883.603	(10.050)	873.534	-
<b>Administração</b>					
Custo Histórico	10%	383	(188)	214	145
		<b>883.986</b>	<b>(10.238)</b>	<b>873.748</b>	<b>145</b>
<b>Em Curso</b>					
<b>Transmissão</b>		260.036	-	260.036	892.095
		<b>1.144.022</b>	<b>(10.238)</b>	<b>1.133.784</b>	<b>892.240</b>

#### Adições de Imobilizado em curso:

Adições do Imobilizado em Curso - R\$	Material/ Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	71.937	-	-	-	-	71.937
A Ratear	681	4.607	2.591	82.557	10.050	100.486
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	133.904	-	-	-	133.904
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	25.152	25.152
Outros	-	-	-	-	4.219	4.219
<b>Total das Adições</b>	<b>72.618</b>	<b>138.511</b>	<b>2.591</b>	<b>82.557</b>	<b>39.421</b>	<b>335.698</b>

#### Principais taxas de depreciação por macro atividade

	Taxa média anual
<b>IMOBILIZADO + INTANGÍVEL EM SERVIÇO</b>	<b>2,72%</b>
<b>IMOBILIZADO EM SERVIÇO</b>	
<b>IMOBILIZADO - TRANSMISSÃO</b>	
<i>Rede Básica</i>	
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,83%
Máquinas e Equipamentos	2,76%
Móveis e Utensílios	6,25%
<b>IMOBILIZADO - ADMINISTRAÇÃO</b>	
<i>Administração Central</i>	
Máquinas e Equipamentos	10,24%
Veículos	14,29%
Móveis e Utensílios	6,25%
<b>INTANGÍVEL EM SERVIÇO</b>	
<b>INTANGÍVEL - ADMINISTRAÇÃO</b>	
<i>Administração Central</i>	
Intangíveis - Softwares	20,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## 13 Intangível

	Valor bruto em 31/12/2015	Adições	Baixas	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições líquidas	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>								
<b>Administração</b>								
Software	74	115	(188)	1	(72)	(1)	-	73
<b>Subtotal</b>	<b>74</b>	<b>115</b>	<b>(188)</b>	<b>1</b>	<b>(72)</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>73</b>
<b>Ativo intangível em curso</b>								
<b>Transmissão</b>								
Servidões	21.387	23.552	(11.131)	33.808	12.421	-	33.808	21.387
<b>Subtotal</b>	<b>21.387</b>	<b>23.552</b>	<b>(11.131)</b>	<b>33.808</b>	<b>12.421</b>	<b>-</b>	<b>33.808</b>	<b>21.387</b>
<b>Administração</b>								
Software	16	-	(16)	-	(16)	-	-	16
<b>Subtotal</b>	<b>16</b>	<b>-</b>	<b>(16)</b>	<b>-</b>	<b>(16)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>21.477</b>	<b>23.667</b>	<b>(11.335)</b>	<b>33.809</b>	<b>12.333</b>	<b>(1)</b>	<b>33.808</b>	<b>21.477</b>
	Valor bruto em 31/12/2014	Adições	Baixas	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições líquidas		Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>								
<b>Administração</b>								
Software	22	52	-	74	52		74	22
<b>Subtotal</b>	<b>22</b>	<b>52</b>	<b>-</b>	<b>74</b>	<b>52</b>		<b>74</b>	<b>22</b>
<b>Ativo intangível em curso</b>								
<b>Transmissão</b>								
Servidões	21.740	-	(353)	21.387	(353)		21.387	21.740
Outros	-	-	-	-	-		-	-
<b>Subtotal</b>	<b>21.740</b>	<b>-</b>	<b>(353)</b>	<b>21.387</b>	<b>(353)</b>		<b>21.387</b>	<b>21.740</b>
<b>Administração</b>								
Software	16	-	-	16	-		16	16
Outros	-	-	-	-	-		-	-
<b>Subtotal</b>	<b>16</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16</b>	<b>-</b>		<b>16</b>	<b>16</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>21.778</b>	<b>52</b>	<b>(353)</b>	<b>21.477</b>	<b>(300)</b>		<b>21.477</b>	<b>21.778</b>

## 14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o Prejuízo fiscal e a Base Negativa da CSLL foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixa futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos acumulados.

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Renda	51.056	30.770
Contribuição Social	<u>18.412</u>	<u>11.093</u>
	<b><u>69.468</u></b>	<b><u>41.863</u></b>

O reflexo no resultado está demonstrado como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	21.271	30.770
Contribuição social diferido sobre base negativa	<u>7.316</u>	<u>11.093</u>
<b>Imposto líquido no resultado</b>	<b><u>28.587</u></b>	<b><u>41.863</u></b>

## 15 Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
SEPCO1	507	153
Process - Protection and Control for Energy	-	70
Nexans Brasil S.A.	-	770
Instaladora de Materiais Eletricos Vividense	-	2.281
Empo - Empresa Curitibana de Saneamento e Construção Civil	-	157
Grantel Equipamentos Ltda	-	581
Cogelta Construções Gerais	175	-
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	272	-
China Epri Sciense & Technology Co.	7.577	-
Sistechne - Intertechne Sistemas S.A.	431	-
Nari Brasil Holding	71	-
Nari Group Corporation	1.170	-
Cooper Power Systems do Brasil	216	-
R. G. Serviços Eireli	653	-
Pimenta Brasil	314	-
Ricardo Alves da Silva Construtor ME	114	-
Adelio Alves Kinseler ME	229	-
Soma Engenharia Eireli	158	-
Outros	<u>1.319</u>	<u>1.195</u>
	<b><u>13.206</u></b>	<b><u>5.207</u></b>



## 16 Impostos e contribuições sociais

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda retido na fonte	451	759
Contribuição social	258	667
Pis/Cofins/CSLL	50	45
Pis/Pasep	121	4
Cofins	562	22
INSS retido a recolher	1.654	2.177
ISS	64	3.152
<b>Total</b>	<u>3.160</u>	<u>6.826</u>

## 17 Empréstimos e financiamentos

Em 28 de setembro de 2016, foi assinado um Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 440.000.000 (Quatrocentos e quarenta milhões de reais). Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da Companhia, sob a forma de três subcréditos:

### Subcrédito “A”

No valor de R\$ 420.000 (quatrocentos e vinte milhões de reais), providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,42% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, a partir da data de liberação dos recursos. Deste total, foram desembolsados R\$ 369.096. O saldo remanescente será desembolsado ao longo de 2017.

O montante apurado será capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031.

### Subcrédito “B”

No valor de R\$ 17.854 (dezessete milhões e oitocentos e cinquenta e quatro mil reais), providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

O montante apurado será capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

**Subcrédito “C”**

No valor de R\$ 2.200 (dois milhões e duzentos mil reais), providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, a partir da data de liberação dos recursos. A companhia pretende desembolsar este subcrédito no primeiro semestre de 2017.

O montante apurado será capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de julho de 2018.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 150 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de agosto de 2018 e a última em 15 de janeiro de 2031.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo atualizado do empréstimo concedido pelo BNDES, é de R\$ 388.455, líquido dos custos de transação, até a presente data.

<b>Empréstimo</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>Liberação</b>	<b>Juros</b>	<b>31/12/2016</b>
BNDES - SUBCRÉDITO A	-	369.096	1.438	370.534
BNDES - SUBCRÉDITO B	-	17.854	67	17.921
	-	<b>386.950</b>	<b>1.505</b>	<b>388.455</b>

**Abertura do Endividamento - R\$**

	Principal	Principal +	Saldo	Adimplente?	Data Captação	Tipo de	Indexador	Spread	Data Próximo	Frequência	Vencimento	Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Curto Prazo	Juros LP	Total			Garantia	ou Juros	% a.a.	Serviço da dívida	Serviço da dívida	Final	2016
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>												
BNDES Sub crédito A - Obras civis	9.532	361.002	370.534	Sim	28/09/2016	Garantia corporativa; cessão fiduciária de recebíveis; direitos creditórios das contas centralizadora e reserva; penhor de ações	TJLP	2,42%	15/02/2017	MENSAL	15/01/2031	370.534
BNDES Sub crédito B - Maquinas e Equipamentos	395	17.526	17.921	Sim	28/09/2016	Garantia corporativa; cessão fiduciária de recebíveis; direitos creditórios das contas centralizadora e reserva; penhor de ações	TJLP	2,02%	15/02/2017	MENSAL	15/01/2031	17.921
<b>Total por Dívida</b>												
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>	<b>9.927</b>	<b>378.528</b>	<b>388.455</b>									<b>388.455</b>

**Abertura dos Ativos Financeiros - R\$**

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de	Principal	Principal +	Saldo	Indexador	Spread	Frequência	Cronograma de Amortização					
		Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total				2017	2018	2019	2020+	Total	
9	<b>Ativos Financeiros</b>	46	16.238	-	16.284									
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	46	16.238	-	16.284									
9.11	Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	1.052	-	1.052				1.052					1.052
9.12	Aplicação Financeira CDB	46	15.186	-	15.232	CDI	98%do CDI	Diário	15.232					15.232

**Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$**

<b>Resumo</b>	<b>Juros de Curto Prazo</b>	<b>Principal Curto Prazo</b>	<b>Principal + Juros LP</b>	<b>Total 2016</b>	<b>Total 2015</b>
<b>Dívida Bruta</b>					
Financ. / Empréstimo. Moeda Nacional	-	9.927	378.528	388.455	-
Debentures	-	-	-	-	401.726
<b>Ativos Financeiros</b>					
Alta Liquidez	46	16.238	-	16.284	106.129
<b>Dívida Líquida</b>	<b>(46)</b>	<b>(6.311)</b>	<b>378.528</b>	<b>372.171</b>	<b>295.597</b>

**Covenants contratuais**

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%, medidos com base nas demonstrações de 2017.

**Principais cláusulas restritivas do BNDES**

Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato;

Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e

Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

## 18 Debêntures

Data da emissão: 20/06/2013

Vencimento: 20/12/2014

Vencimento prorrogado: 20/12/2016

Forma de Subscrição e Integralização: A qualquer tempo via CETIP

Remuneração: 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida exponencialmente de spread de (i) 0,65% da data de emissão até 20 de dezembro de 2014, (ii) 0,90% de 20 de dezembro de 2014, inclusive, até 20 de junho de 2015 e (iii) 2,30% de 20 de junho de 2015, inclusive, até 20 de dezembro de 2016.

Ano base: 252 dias úteis

Destinação dos recursos: Investimentos na própria companhia

Garantias: Fidejussória

Interveniente garantidor: State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A.

Banco liquidante e Escriturador Mandatário: Banco Bradesco S.A.

Emissão de 400 (quatrocentas) Debêntures em 20 de junho de 2013, sendo as respectivas liquidações detalhadas abaixo:

- Em 03 de julho de 2013 foi realizada a liquidação de 50 debêntures, sendo efetivamente recebido R\$ 50.144.572, líquido do custo de transação.
- Em 01 de outubro de 2013 foi realizada a liquidação de 180 debêntures, sendo efetivamente recebido R\$ 184.539.458, líquido do custo de transação.
- Em 10 de janeiro de 2014 foi realizada a liquidação de 140 debêntures, sendo efetivamente recebido R\$ 147.440.296, líquido do custo de transação.
- Em 28 de maio de 2014, foi realizada a liquidação de 30 debêntures, sendo efetivamente recebido R\$ 32.862.313, líquido do custo de transação.
- Em 22 de dezembro de 2014, foi realizada a amortização parcial dos juros sobre as debêntures, no valor de R\$ 67.237.093. O vencimento do principal foi prorrogado por 6 meses; em janeiro de 2015 foi pago o waiver no valor de R\$ 553.403.
- Em 24 de junho de 2015, a Companhia pagou waiver no valor de R\$ 5.600.000, com o objetivo de prorrogar o prazo de vencimento das debêntures para os próximos 6 meses. Adicionalmente, realizou a amortização parcial dos juros sobre as debêntures, no valor de R\$ 25.316.552.
- Em 21 de dezembro de 2015, foi realizada a amortização parcial dos juros sobre as debêntures, no valor de R\$ 32.277.991. A Companhia pagou waiver no valor de R\$ 5.600.000, com o objetivo de prorrogar o prazo de vencimento das debêntures para os próximos 6 meses.
- Em 20 de junho de 2016, foi realizada a amortização parcial dos juros sobre as debêntures, no valor de R\$ 31.419.546. Em 2016 a Companhia pagou R\$ 5.530.597 de waiver para prorrogação do vencimento até a quitação.
- Em 20 de dezembro de 2016, com a liberação do financiamento do BNDES, foi realizado o pagamento integral das debêntures, no valor de R\$ 432.275.268.

## **19 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$803.832.303 (R\$ 619.007.000 em 31 de dezembro de 2015) dividido em 803.832.303 (619.007.000 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
State Grid Brazil Holding S.A.	409.954.475	315.694.000
Copel Geração e Transmissão S.A.	393.877.828	303.313.000
<b>Total</b>	<b>803.832.303</b>	<b>619.007.000</b>

As deliberações das subscrições foram feitas através de capitalização de AFAC conforme item d.

**b. Reserva legal**

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

**c. Dividendos**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido societário após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

	<b>31/12/2016</b>
Lucro líquido societário do exercício	22.846
Prejuízos acumulados	(9.216)
Base de cálculo para reserva legal	13.630
Reserva Legal societário (5%)	681
Base de cálculo para dividendos societários	12.949
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(3.237)
Dividendos adicionais propostos	(9.712)

**d. Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC**

Durante o exercício de 2016 a Companhia recebeu adiantamentos para futura integralização do Capital conforme demonstrado abaixo:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 18/05/2016	29.400
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 23/05/2016	30.600
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 17/06/2016	34.300
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 20/06/2016	35.700
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 31/08/2016	11.025
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 20/12/2016	43.800
Integralização de capital com AFAC em 29/12/2016	(184.825)

## 20 Receita operacional líquida

	2016	2015
Disponibilização do sistema de transmissão	28.594	-
Encargos setoriais	(964)	-
<b>Deduções da receita bruta</b>		
PIS	(486)	-
COFINS	(2.240)	-
	<b>24.904</b>	<b>-</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>24.904</b>	<b>-</b>

No exercício de 2016 a Companhia recebeu o Termo de Liberação Parcial - TLP, e começou a receber a RAP-Receita Anual Permitida.

O Termo de Liberação definitivo será emitido quando do encerramento total das construções.

## 21 Pessoal

	2016	2015
Remuneração	(1.419)	(701)
Encargos sobre a folha de pagamento	(726)	(416)
13o salário	(56)	(81)
Férias	(129)	(130)
Gratificação	(124)	(119)
Benefícios a empregados	(337)	(226)
Outros	(32)	(92)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(765)	(324)
	<b>(3.588)</b>	<b>(2.089)</b>
Receita líquida	<b>(3.588)</b>	<b>(2.089)</b>

## 22 Resultado financeiro

	2016	2015
Variações monetárias	799	458
Outras receitas financeiras	12	-
PIS	(34)	(6)
COFINS	(209)	(36)
	<b>568</b>	<b>416</b>
Receitas financeiras	<b>568</b>	<b>416</b>
Juros e multas	(1.077)	(3.036)
Outras despesas financeiras	(7.896)	(138)
	<b>(8.973)</b>	<b>(3.174)</b>
Despesas financeiras	<b>(8.973)</b>	<b>(3.174)</b>
	<b>(8.405)</b>	<b>(2.758)</b>

## 23 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Notas	2016			2015		
	Societário	Ajustes ICPC01	Regulatório	Societário Reapresentado	Ajustes ICPC01	Regulatório Reapresentado
<b>ATIVO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalente de caixa	16.284	-	16.284	106.129	-	106.129
Contas a receber	9.642	-	9.642	-	-	-
Impostos a recuperar	1.469	-	1.469	2.925	-	2.925
Ativo Financeiro	76.536	(76.536)	-	23.942	(23.942)	-
Outros ativos circulantes	3.498	-	3.498	243	-	243
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>107.429</b>	<b>(76.536)</b>	<b>30.893</b>	<b>133.239</b>	<b>(23.942)</b>	<b>109.297</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Ativo Financeiro	1.139.406	(1.139.406)	-	904.955	(904.955)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	69.468	69.468	-	41.863	41.863
Imobilizado líquido	12 112	1.133.672	1.133.784	233	892.007	892.240
Intangível	13 89	33.719	33.808	-	21.477	21.477
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.139.607</b>	<b>97.453</b>	<b>1.237.060</b>	<b>905.188</b>	<b>50.392</b>	<b>955.580</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.247.036</b>	<b>20.917</b>	<b>1.267.953</b>	<b>1.038.427</b>	<b>26.450</b>	<b>1.064.877</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>						
Fornecedores	13.206	-	13.206	5.207	-	5.207
Retenção contratual	423	-	423	473	-	473
Debêntures	-	-	-	401.726	-	401.726
Empréstimos e financiamentos	9.927	-	9.927	-	-	-
Salários e encargos	410	-	410	289	-	289
Impostos e contribuições sociais	3.160	-	3.160	6.826	-	6.826
Dividendos propostos	11.254	-	11.254	8.016	-	8.016
Encargos sEtoriais	895	-	895	-	-	-
Outros passivos circulantes	1.824	-	1.824	3.329	-	3.329
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>41.099</b>	<b>-</b>	<b>41.099</b>	<b>425.866</b>	<b>-</b>	<b>425.866</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
<b>Exigível a longo prazo</b>						
Empréstimos e financiamentos	378.528	-	378.528	-	-	-
Imposto de renda e contribuição diferidos	14 13.184	(13.184)	-	2.770	(2.770)	-
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>391.712</b>	<b>(13.184)</b>	<b>378.528</b>	<b>2.770</b>	<b>(2.770)</b>	<b>-</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Capital social	803.832	-	803.832	619.007	-	619.007
Reserva legal	681	-	681	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	9.712	-	9.712	-	-	-
Lucro / Prejuízos acumulados	-	34.101	34.101	(9.216)	29.220	20.004
Total do patrimônio líquido	<b>814.225</b>	<b>34.101</b>	<b>848.326</b>	<b>609.791</b>	<b>29.220</b>	<b>639.011</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.247.036</b>	<b>20.917</b>	<b>1.267.953</b>	<b>1.038.427</b>	<b>26.450</b>	<b>1.064.877</b>



**Guaraciaba Transmissora de  
Energia (TP Sul) S.A.**  
Demonstrações contábeis regulatórias em  
31 de dezembro de 2016

Notas	2016			2015		
	Societário	Ajustes ICPC01	Regulatório	Societário	Ajustes ICPC01	Regulatório
Receita de Operações com Transmissão de Energia	-	28.594	28.594	-	-	-
Receita de construção	197.121	(197.121)	-	197.226	(197.226)	-
Rendimentos sobre ativo de concessão	111.891	(111.891)	-	63.502	(63.502)	-
Receita de O&M	5.058	(5.058)	-	-	-	-
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>314.070</b>	<b>(285.476)</b>	<b>28.594</b>	<b>260.728</b>	<b>(260.728)</b>	<b>-</b>
Encargos setoriais	(964)	-	(964)	-	-	-
PIS	(486)	-	(486)	-	-	-
Cofins	(2.240)	-	(2.240)	-	-	-
<b>Deduções da receita</b>	<b>(3.690)</b>	<b>-</b>	<b>(3.690)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>310.380</b>	<b>(285.476)</b>	<b>24.904</b>	<b>260.728</b>	<b>(260.728)</b>	<b>-</b>
Custo de construção	(197.121)	197.121	-	(197.226)	197.226	-
Despesas de operação e manutenção - O&M	(1.368)	-	(1.368)	-	-	-
Perdas pelo valor da indenização / renovação	(4)	-	(4)	-	-	-
	<b>(198.493)</b>	<b>197.121</b>	<b>(1.372)</b>	<b>(197.226)</b>	<b>197.226</b>	<b>-</b>
<b>Lucro antes das receitas (despesas) financeiras</b>	<b>111.887</b>	<b>(88.355)</b>	<b>23.532</b>	<b>63.502</b>	<b>(63.502)</b>	<b>-</b>
Pessoal	(3.588)	-	(3.588)	(2.089)	-	(2.089)
Materiais	-	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(2.070)	-	(2.070)	(1.920)	-	(1.920)
Depreciação	-	(10.068)	(10.068)	-	-	-
Outros	(261)	-	(261)	(396)	-	(396)
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(5.919)</b>	<b>(10.068)</b>	<b>(15.987)</b>	<b>(4.405)</b>	<b>-</b>	<b>(4.405)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>105.968</b>	<b>(98.423)</b>	<b>7.545</b>	<b>59.097</b>	<b>(63.502)</b>	<b>(4.405)</b>
Receita financeira	5.668	(5.100)	568	2.595	(2.179)	416
Despesa financeira	(79.361)	70.388	(8.973)	(73.220)	70.046	(3.174)
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(73.693)</b>	<b>65.288</b>	<b>(8.405)</b>	<b>(70.625)</b>	<b>67.867</b>	<b>(2.758)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>32.275</b>	<b>(33.135)</b>	<b>(860)</b>	<b>(11.528)</b>	<b>4.365</b>	<b>(7.163)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.429)	38.016	28.587	3.872	37.991	41.863
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>22.846</b>	<b>4.881</b>	<b>27.727</b>	<b>(7.656)</b>	<b>42.356</b>	<b>34.700</b>

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

## 24 Efeitos de contabilização de contratos de concessão - ICPC 01 (R1)

### 24.1 Ativo financeiro

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, são contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e CPC 30 (R1) - Receitas e a interpretação ICPC 01 (R1), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

### 24.2 Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção da ICPC 01 (R1) nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo financeiro, vide nota de ajuste. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

**24.3 Receita e custo de construção**

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas/custos de construção decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1).

**24.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)**

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente à remuneração do ativo financeiro decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1).

**24.5 Receita (despesa) financeira**

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de aplicação financeira e despesas financeiras de juros das debêntures decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1).

**24.6 Impostos diferidos**

Conforme detalhado na nota de ajuste 23.1.1, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

**24.7 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório**

	2016	2015
<b>Patrimônio líquido societário</b>	<b>814.225</b>	<b>609.791</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Ativo financeiro	(1.215.942)	(928.897)
Impostos diferidos ativos	69.468	41.863
Imobilizado	1.133.672	892.007
Intangível	33.719	21.477
Impostos diferidos passivos	13.184	2.770
	<b>848.326</b>	<b>639.011</b>
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b>848.326</b>	<b>639.011</b>

## 24.8 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2016	2015
<b>Lucro (prejuízo) líquido societário</b>	<b>22.846</b>	<b>(7.656)</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Receita de operações com transmissão de energia	28.594	-
Receita de construção	(197.121)	(197.226)
Remuneração do ativo financeiro	(111.891)	(63.502)
Receita de operação e manutenção	(5.058)	-
Custo de construção	197.121	197.226
Depreciação	(10.068)	-
Receitas financeiras	(5.100)	(2.179)
Despesas financeiras	70.388	70.046
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.016	37.991
	<b>27.727</b>	<b>34.700</b>
<b>Lucro líquido regulatório</b>	<b>27.727</b>	<b>34.700</b>

## 25 Transações com partes relacionadas

### a. Remuneração de Administradores

Em 31 de dezembro de 2016 a remuneração dos Administradores foi de R\$ 765 (R\$ 324 em 31 de dezembro de 2015).

### b. Operações comerciais

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2016
<b>Passivo</b>			
Itumbiara Transmissora De Energia S.A.	Fornecedor	Custo de O&M	272
State Grid Brasil Holding - Aluguel	Fornecedor	Aluguel	22
			<b>294</b>
<b>Resultado</b>			
<b>Despesas</b>			
State Grid Brasil Holding - Aluguel	Custos administrativos	Aluguel	(244)
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	Custo operacional	Custo de O&M	(5.029)
			<b>(5.273)</b>

## 26 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

### Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

#### a. Risco de crédito.

- b. Risco de mercado.
- c. Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

**a. Riscos de crédito**

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	2016	2015
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	16.284	106.129
Contas a receber	9.642	-
	25.926	106.129

- **Caixa e equivalentes de caixa** - Representado substancialmente por aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- **Contas a receber** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

**b. Risco de mercado**

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2016, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	2016	2015
Aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários) CDB-DI	15.232	105.047

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

*Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - Aplicações financeiras*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

- **Fonte:** a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

<b>Operação</b>	<b>Exposição (R\$ mil)</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável (*)</b>	<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>
<b>Ativos Financeiros</b>					
Aplicações financeiras	15.232	Queda da taxa CDI	2.101	1.575	1.050
<b>Referência para ativos financeiros</b>		<b>Cenário provável</b>		<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
			13,75%	10,31%	6,87%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando CDI médio estimado de 13,75% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

<b>Operação</b>	<b>Exposição (R\$ mil)</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável (*)</b>	<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>
<b>Passivos Financeiros</b>					
<b>BNDES</b>	<b>388.455</b>	<b>Alta da taxa TJLP</b>	<b>29.134</b>	<b>36.437</b>	<b>43.701</b>
<b>Referência para passivos financeiros:</b>		<b>Cenário provável</b>		<b>25%</b>	<b>50%</b>
<b>TJLP (%)</b>			7,50%	9,38%	11,25%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando TJLP estimado de 7,50%, de acordo com a expectativa do mercado.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
  - **Risco de captação** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.
- c. Riscos operacionais**
- Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura** - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

#### *Categorias de instrumentos financeiros*

##### **Ativos financeiros**

Caixa e equivalentes de caixa  
Títulos e valores mobiliários  
Contas a receber

##### **Categoria**

Valor justo por meio do resultado  
Valor justo por meio do resultado  
Empréstimos e recebíveis

##### **Passivos financeiros**

Fornecedores  
Empréstimos e financiamentos

Custo amortizado  
Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

#### *Classificações contábeis e valores justos*

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários.
- **Títulos e Valores Mobiliários** - aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.
- **Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento** do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

#### *Hierarquia do valor justo*

Os diferentes níveis foram definidos conforme abaixo:

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

#### *Gerenciamento do capital*

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.



## 27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros era como abaixo:

<b>Tipo de seguro</b>	<b>Início</b>	<b>Vigência Fim</b>	<b>Importância segurada</b>	<b>Apólice</b>
Resp Civil de Administradores e Diretores (D&O)	12/04/2016	12/04/2017	R\$ 20.000.000,00	100.10.00000613
Seguro Garantia de Performance / Fiel Cumprimento	29/01/2017	30/05/2017	R\$ 47.000.000,00	024612015000107750008719
Risco de Engenharia	01/09/2013	28/02/2018	R\$ 60.000.000,00	519.000144
Riscos Operacionais	27/12/2016	27/12/2017	R\$ 150.000.000,00	984000172
Responsabilidade Civil	27/12/2016	27/12/2017	R\$ 10.000.000,00	0466920171005100002417